



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PLANO DE ENSINO

**I. IDENTIFICAÇÃO**

---

Curso: Psicologia Semestre: 2022.2 Turma: 03319  
Disciplina: PSI 7306 – Políticas Públicas, Direitos Humanos e Práticas Psicossociais Disciplina Obrigatória para a terceira fase do Curso de Psicologia  
Horas/aula semanais: 4 Horário: 4as.f., às 13:30h  
Carga horária total (h/a): 72h/a CH: teórica: 72h/a CH PPCC: Não se aplica CH: prática: Não se aplica  
Professora: Dra. Ana Paula Sesti Becker E-mail: [ana.p.becker@ufsc.br](mailto:ana.p.becker@ufsc.br)  
Pré-requisitos: Não se aplica Equivalência: FIL 5142 até o semestre 2012.1

**II. EMENTA**

---

A atuação do psicólogo na interface das políticas públicas e dos direitos humanos.

**III. TEMAS DE ESTUDO (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO)**

---

**Unidade I – Estado moderno, direitos humanos e políticas públicas**

Neoliberalismo e democracia na América Latina  
A questão social e as políticas públicas  
Psicologia, direitos e ditadura civil-militar no Brasil  
A relação entre psicologia, direitos humanos e políticas públicas

**Unidade II – Atuação da/o psicóloga/o nas políticas públicas**

Atuação da/o psicóloga/o: intervenção psicossocial no campo das políticas públicas  
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP  
Referências Técnicas/Notas Técnicas e Documentos de Referência para atuação de psicólogas/os em políticas públicas  
A psicologia nos espaços de controle social e na análise da implementação de políticas públicas

**IV. OBJETIVOS**

---

- Historicizar a formação dos Estados Modernos e a emergência do discurso dos direitos humanos.
- Caracterizar o campo dos direitos humanos com base nos principais tratados nacionais/internacionais e no conhecimento científico relacionado ao campo.
- Identificar e caracterizar as principais temáticas pertinentes ao contexto das políticas públicas/sociais em que o/a psicólogo/a irá intervir.
- Identificar as demandas ao trabalho do profissional em psicologia no âmbito das políticas públicas/sociais.
- Identificar conceitos e instrumentos de intervenção pertinentes ao campo de intervenção.
- Caracterizar as diferentes possibilidades de intervenção psicológica no âmbito das políticas públicas/sociais sob a ótica dos direitos humanos.
- Caracterizar os pilares teórico-metodológicos das práticas psicossociais.
- Refletir acerca das implicações éticas da atuação do/a psicólogo/a no contexto das políticas públicas/s e na promoção dos direitos humanos.

**V. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

---

O conteúdo programático está organizado em duas unidades temáticas descritas no Cronograma. Serão utilizados os seguintes recursos metodológicos:

- Aulas expositivas dialogadas, mediadas por recursos visuais/audiovisuais;

- b). Leitura prévia de textos obrigatórios como preparação às discussões em classe;
- c). Apresentações orais, discussões teóricas e debates;
- d). Leituras com estudo dirigido;
- e). Vídeos (documentários, palestras, filmes);
- f). Trabalhos escritos;
- g). Seminários em sala de aula.

## **VI. AVALIAÇÃO**

---

**CRITÉRIOS GERAIS DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES:** objetividade e clareza na apresentação das reflexões e análises; coerência com o que foi solicitado e com os objetivos de aprendizagem da disciplina; argumentação com base nas referências bibliográficas indicadas; uso das referências bibliográficas indicadas; escrita autoral; pontualidade na entrega das atividades; formatação dos trabalhos de acordo com as normas APA ou ABNT. Atividades identificadas com plágio não poderão ser refeitas e ficarão com nota zero.

**Unidade I – Atividade Avaliativa I.** Prova dissertativa (individual). Avaliação sobre os temas trabalhados nas Unidades 1 e 2. Valor = 50%.

**Unidades II – Atividade Avaliativa II.** Serão realizadas duas atividades em grupo: (i). Apresentação de uma referência técnica/nota técnica/documento de referência de uma área da psicologia e; (ii). Produção de um material de divulgação ou orientação, postado de modo assíncrono na plataforma Moodle e apresentado em sala de aula. Os critérios de avaliação serão descritos no Moodle, juntamente às instruções disponibilizadas para cada atividade. Valor = 50%.

Trabalhos entregues fora do prazo valerão 70% da nota original.

A média final da disciplina será obtida somando-se as notas da A1 + A2 = 100%

Somente serão considerados aprovados/as estudantes com frequência suficiente, conforme as normas desta Universidade.

## **VII. NOVA AVALIAÇÃO**

---

Conforme previsto no Artigo 70, parágrafo 2º da Resolução 017/CUn/97 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC), terá direito a uma nova avaliação, ao final do semestre, o aluno com frequência suficiente (FS) e média das avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco). A nota final, neste caso, será o resultado da média aritmética entre a média das avaliações do semestre e a nota obtida pelo aluno nessa nova avaliação, conforme previsto no Artigo 71, parágrafo 3º da citada Resolução.

## **VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E CRONOGRAMA**

---

As aulas serão realizadas na modalidade presencial e as referências serão disponibilizadas virtualmente via Moodle.

Aula		Conteúdo e Referências Bibliográficas
<b>Unidade I – Estado moderno, direitos humanos e políticas públicas</b>		
1	31/08	<p><i>Abertura da disciplina:</i></p> <p>Apresentação do Plano de Ensino, dúvidas sobre os conteúdos e introdução às políticas públicas e da garantia de direitos no Brasil.</p>
2	14/09	<p><i>Sofrimento ético-político e a intervenção psicossocial:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. <i>Psicologia e Sociedade, 21 (3)</i>, 364-372.</p> <p>Franco, T., Druck, G., &amp; Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. <i>Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 35(122)</i>, 229-248.</p>
3	21/09	<p><i>Neoliberalismo e democracia na América Latina:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Nascimento, V. M. (2019). Neoliberalismo e democracia na América do Sul: um estudo sobre Argentina, Brasil e Chile. <i>Revista Conjuntura Global, 8 (2)</i>, 41-57.</p> <p>Júnior, O. J. A., &amp; Soares, M. C. F. (2011). Direitos Humanos e Democracia: Interfaces a partir de Políticas Públicas. <i>Revista Alcance, 16 (1)</i>, 33-46.</p>
4	28/09	<p><i>Estado e direitos humanos:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Vieira, W. (2010). Estado-Nação e Direitos: uma relação conflituosa. <i>Cadernos de Direito, 10 (18)</i>, 127-137.</p>

5	05/10	<p><i>Estado, a questão social, políticas públicas e direitos humanos:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock (Org.). <i>Psicologia e compromisso social</i> (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.</p> <p>Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., &amp; Andrade, S. S. (2017). A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>, 37(n. esp.), 239-252.</p>
6	19/10	<b>Prova dissertativa (individual)</b>
7	26/10	<p><i>Psicologia, direitos e ditadura civil-militar no Brasil:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Furlan, V. (2017). Psicologia e a política de direitos: percursos de uma relação. <i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>, 37 (n. esp.), 91-102.</p> <p>CFP. Marcus Vinicius de Oliveira (2013). In: <i>A verdade é revolucionária: Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)</i> (pp.59-77). Brasília: CFP.</p>
<b>Unidade II – Atuação da/o psicóloga/o nas políticas públicas</b>		
8	09/11	<p><i>Atuação da/o psicóloga/o – Intervenção Psicossocial no campo das políticas públicas:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p> <p>Silva, R. B., &amp; Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. <i>Psicologia &amp; Sociedade</i>, 28(2), 247-256.</p> <p>Escóssia, L., &amp; Manguiera, M. (2005). Para uma psicologia clínico-institucional a partir da desnaturalização do sujeito. <i>Revista do Departamento de Psicologia - UFF</i>, 17(1), 93-101.</p> <p><u>Leitura Complementar:</u></p> <p>CREPALDI, M. A., SCHMIDT, B., CUNHA, A. C. B., &amp; BOING, E. (2019). <b>O Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de atenção à saúde da criança</b>, pp.31-50. In: CREPALDI, M. A., ENUMO, S. R. F., &amp; LINHARES, M. B. <i>Psicologia da Saúde e desenvolvimento na infância e adolescência: pesquisas e reflexões</i>. Curitiba: Editora CRV, 2019.</p> <p>Devolutiva das provas</p>
9	16/11	<p><i>Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e Referências Técnicas/Notas Técnicas e Documentos de Referência para atuação de psicólogas/os em políticas públicas:</i></p> <p><u>Leitura prévia:</u></p>

		Bock, A. M., Gonçalves, M. G. M., & Silva, M. V. O. (2010). CREPOP: uma experiência brasileira de intervenção da psicologia no campo das políticas públicas. In: <i>Psicología y acción comunitária. Sinergias de cambio en América Latina</i> (pp. 278-298). La Habana: Editorial Caminos.  Vídeo: CREPOP.
10	23/11	<b>Elaboração da Atividade Avaliativa II – <u>Enviar até 07/12.</u></b>
11	30/11	Apresentações dos Grupos (01, 02 e 03) e debate.
12	07/12	Apresentações dos Grupos (04, 05 e 06) e debate.
13	14/12	Apresentações dos Grupos (07, 08 e 09) e debate.
14	21/12	Nova Avaliação (caso necessário).  Encerramento do semestre.

## **IX. BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

As referências indicadas no cronograma e bibliografia básica estão digitalizadas e disponíveis no Moodle.

- Barbosa, A. Q. S., & Cunha, M. V. (2014). A importância dos conselhos de políticas públicas para a efetivação dos direitos fundamentais e consolidação da democracia. In *Direitos fundamentais e democracia III* (pp. 272-300). Florianópolis: CONPEDI.
- Bock, A. M., Gonçalves, M. G. M., & Silva, M. V. O. (2010). CREPOP: uma experiência brasileira de intervenção da psicologia no campo das políticas públicas. In: *Psicología y acción comunitária. Sinergias de cambio en América Latina* (pp. 278-298). La Habana: Editorial Caminos.
- CFP. Marcus Vinicius de Oliveira (2013). In: *A verdade é revolucionária: Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)* (pp.59-77). Brasília: CFP. Coimbra, C. M. B. (2001). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. *Revista Psicologia Política, 1 (1)*, 139-148.
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. (2017). A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão, 37(n. esp.)*, 239-252.
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 35(122)*, 229-248.
- Furlan, V. (2017). Psicologia e a política de direitos: percursos de uma relação. *Psicologia: Ciência e Profissão, 37 (n. esp.)*, 91-102.
- Júnior, O. J. A., & Soares, M. C. F. (2011). Direitos Humanos e Democracia: Interfaces a partir de Políticas Públicas. *Revista Alcance, 16 (1)*, 33-46.
- Nascimento, V. M. (2019). Neoliberalismo e democracia na América do Sul: um estudo sobre Argentina, Brasil e Chile. *Revista Conjuntura Global, 8 (2)*, 41-57.
- Passone, E. F. K., & Perez, J. Roberto R. (2013). Psicologia Análise de Implementação de Políticas Públicas: um diálogo interdisciplinar. *Psicologia: Ciência e Profissão, 33(3)*, 612-629.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade, 21 (3)*, 364-372.
- Vieira, W. (2010). Estado-Nação e Direitos: uma relação conflituosa. *Cadernos de Direito, 10 (18)*, 127-137.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In A. M.B. Bock (Org.). *Psicologia e compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26 (n. esp.)*, 9-24.

## X. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

---

- Benevides, R. (2005). A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia e sociedade*, 17(2), 21-25.
- Brizola, Campos, Ana Lúcia, Zanella, Andrea Vieira & Gesser, Marivete (Orgs.). Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos. Florianópolis: ABRAPSO, NUPPE/CFH/UFSC, 2013.
- Butler, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COMPAS/CFP. Nota técnica com parâmetros para atuação das (dos) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). 2016. (online).
- CREPALDI, M. A., SCHMIDT, B., CUNHA, A. C. B., & BOING, E. (2019). **O Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de atenção à saúde da criança**, pp.31-50. In: CREPALDI, M. A., ENUMO, S. R. F., & LINHARES, M. B. Psicologia da Saúde e desenvolvimento na infância e adolescência: pesquisas e reflexões. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- CREPOP. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017. 147p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. 2013.132p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Álcool e outras Drogas*. 2013. 88p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. 2013. 58p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência*. 2013. 82p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. 2013. 58p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. 2013. 122p. (online).
- CREPOP. *Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e os Saberes Tradicionais: Referências Básicas para Atuação Profissional*. 2014. 48p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto*. 2012. 58p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional*. 2012. 65p. (online).
- CREPOP. *Práticas Profissionais de Psicólogos e Psicólogas na Atenção Básica à Saúde*. 2010. 76p. (online).
- CREPOP. *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. 2010. 36p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo em Varas de Família*. 2010. 56p. (online). CREPOP. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. 2009. 92p. (online).
- CREPOP. *Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: Referências para a Atuação do(a) Psicólogo(a)*. 2008. 74p. (online).
- CREPOP. *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. 2008. 60p. (online)

CREPOP. *Referências Técnicas para a Prática do(a) Psicólogo(a) nos Programas de DST e AIDS*. 2008. 94p. (online).

CREPOP. *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de assistência social (SUAS) – informações para gestoras e gestores*. 2011. 32p. (online).

CREPOP. *Senhoras e senhores gestores da Saúde: como a psicologia pode contribuir para o avanço do SUS*. 2011. 24p. (online).

Gesser, M. (2013). Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33, 66-77.

Lima, C. B., & Silveira, J. I. (2016). Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sóciojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. *Revista de Filosofia Aurora*, 28 (43), 147-166.

## **XI. ATENDIMENTO AOS/ÀS ESTUDANTES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

A professora Ana Paula estará disponível para atendimento aos acadêmicos/as nas segundas-feiras, das 10:30h às 11:30h. O atendimento deve ser agendado antecipadamente pelo e-mail [ana.p.becker@ufsc.br](mailto:ana.p.becker@ufsc.br).

Não é permitido gravar, filmar ou fotografar a aula sem o expresso consentimento do[a] professor[a]. A aula e o material de apoio produzido para disciplina, como slides e apostilas, não podem ser divulgados ou reproduzidos sem sua prévia autorização, sob pena de violação ao art. 46, IV, da Lei nº 9.610/98, que trata dos direitos autorais. A transgressão a esta regra sujeita o transgressor à indenização que pode ser exigida pelo[a] professor[a] em ação judicial própria. Em caso de dúvidas, consultar: Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos (CNASP). **Liberdade de Cátedra, de Ensino e de Pensamento**. Brasília, DF: CNASP. Disponível em <https://observatoriodoconhecimento.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Anexo-Circ407-18.pdf>. Acesso em 02/02/2020